



AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Av. Brig Faria Lima, 2413, Andar 9 Conj 91, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01.452-904.

CNPJ: 43.774.196/0001-84

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a Agrolend Sociedade de Crédito Direto S.A., Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Relatório da Auditora Externa;
- Demonstração do Resultado;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.

Demonstrações divulgadas no site em **31/08/2022**.

<https://agrolend.agr.br/>

A Diretoria da **AGROLEND** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Andre Glezer
Presidente

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Andre Glezer, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador do RG. nº 34.095.767-0, emitido pela SSP/SP e do CPF nº 228.281.288-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua General Flores, nº 290, conjunto 83, Bom Retiro, CEP 01129-010 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

31 de agosto de 2022

Andre Glezer
Presidente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Agrolend Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agrolend Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrolend Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação das demonstrações contábeis, termo declaratório e relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2022

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2022 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 16 de setembro de 2021 através do Ofício 21377/2021-BCB/Deorf/GTSP1, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, Andar 9 Conj 91, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado de São Paulo ocorreu no dia 05/10/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações contábeis. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações contábeis, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior.

As demais demonstrações não estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior pois a instituição iniciou suas atividades no decorrer do segundo semestre de 2021, portanto não apresentando base comparativa. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em reais mil. A Agrolend - Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 31 de agosto de 2022, data em que a emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I).

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

e) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. DISPONIBILIDADES

Os valores aplicados no em disponibilidades seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Disponibilidades	35	2.491
Depósitos Bancários em Instituição S/ Conta Reserva	35	2.491

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	50.018	-
Cotas de Fundos de Curto Prazo	4.111	-
Títulos Públicos Federais – Tesouro Nacional	45.907	-

Os valores aplicados em cotas de fundos de curto prazo no fundo Trust RF Referenciado DI. Os valores relativos a títulos públicos federais estão aplicados em 3.878 Letras Financeiras do Tesouro Nacional com vencimento de 01/03/2023.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A operações de crédito geradas no período no valor de R\$ 2.451 foram liquidadas dentro do presente semestre. Essas operações geraram receita de operações de crédito no montante de R\$ 53.

7. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos outros créditos:

	2022	2021
Diversos	24	-
Impostos e Contribuições a Compensar	24	-

O Valor em impostos e contribuições a compensar refere-se aos valores de pagamentos estimativa mensal de imposto de renda e contribuição social.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fiscais e Previdenciárias	34	-
Provisão Para Impostos e Contribuições	7	-
Impostos e Contribuições a Recolher	27	-

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

No decorrer de 2022 os acionistas realizaram aumento de capital no valor de R\$45.000 (quarente e sete milhões e quinhentos mil). Com esse aumento, o capital social totalizou no 1º semestre de 2022, o valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões), representado por 50.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Lucros os Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou lucro de R\$ 52 no semestre vigente. Com o resultado do período o saldo de lucros acumulado totalizou R\$ 43.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	Expresso em Reais mil	
DISCRIMINAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	1.209	-
Contas de Resultado Devedoras	-1.144	-9
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	65	-9
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	-	-
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	65	-9
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-9	-
Lucro Tributário Real	56	-9
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	8	-
Contribuição Social- 9%	5	-

11. CESSÕES DE CRÉDITO

A instituição cedeu um total de 303 operações totalizando R\$67 em valores deferidos no semestre de 2022, obtendo resultado de R\$24 líquidos.

12. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2022
Operações de Crédito	53
Rendas de Financiamentos	53

13. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	1.122
Renda de Aplicação em Fundos de Investimentos	214
Renda de Títulos de Renda Fixa	908

14. RECEITA COM OPERAÇÕES DE VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

	2022
Lucro em Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	24
De Operações de Crédito	24

15. DESPESA DE PESSOAL

	2022
Despesa de Pessoal	13
Benefícios	13

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022
Outras Despesas Administrativas	1.058
Processamento	6
Promoções e Relações Públicas	9
Propaganda e Publicidade	5
Despesas do Sistema Financeiro	1
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	114
Outras Despesas Administrativas	923

O grupo de Outras Despesas Administrativas possui seguinte composição:

	2022
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	923
Associações de Classe	10
Rateio de despesas Corporativas	913

17. DESPESAS TRIBUTÁTIAS

	2022
Despesas Tributárias	63
Tributos e Taxas Federais	3
Tributos e Taxas Estaduais	4
PIS	8
Cofins	48

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, a de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

19. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 1.098,47% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim do período em 50.042.962,07.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da AGROLEND SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em 26/08/2022.

21. PANDEMIA

A administração mantém seus esforços para absorver e diminuir o impacto negativo causado pela pandemia mundial COVID-19.

22. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a Empresa contratada para auditoria independente das demonstrações contábeis, a Grant Thornton Auditores Independentes não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de julho de 2022 foi aprovada a Assembleia Geral Extraordinária referente ao aumento de capital (alteração do capital social para R\$50.000.000,00) através do Ofício 13.451/2022–BCB/Deorf/GTSP1.

* * *



AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S A

CNPJ 43.774.196/0001-84

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021		NE	2022	2021
CIRCULANTE		<u>50.077</u>	<u>2.491</u>	CIRCULANTE		<u>34</u>	-
Disponibilidades	4	35	2.491	Outras obrigações	8	34	-
				Fiscais e previdenciárias		34	-
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	50.018	-				
Livres		4.111	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	<u>50.043</u>	<u>2.491</u>
Cotas de Fundos de Investimentos		4.111	-	Capital Social		5.000	2.500
Vinculados ao Banco Central		45.907	-	Capital		5.000	2.500
Títulos Públicos Federais		45.907	-	Aumento de Capital		45.000	-
				Lucros/Prejuízos acumulados		43	(9)
Outros créditos	7	24	-				
Diversos		24	-				
TOTAL DO ATIVO		50.077	2.491	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		50.077	2.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S A

CNPJ 43.774.196/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 30 DE JUNHO DE 2022 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	NE	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.199</u>
Operações de crédito	12	53
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	13	1.122
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	14	24
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.199</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-1.134</u>
Despesas de pessoal	15	-13
Outras despesas administrativas	16	-1.058
Despesas tributárias	17	-63
RESULTADO OPERACIONAL		<u>65</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>65</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>-13</u>
Provisão para imposto de renda	10	-8
Provisão para contribuição social	10	-5
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>52</u>
Lucro por ação		0,0104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S A
CNPJ 43.774.196/0001-84
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 30 DE JUNHO DE 2022 (em reais mil)

DRA	2022
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>52</u>
Outros Resultados Abrangentes	-
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-
Apuração de Resultado	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>52</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	



AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S A
CNPJ 43.774.196/0001-84
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2022 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	RESERVAS			2022
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	2.500	-	-	-	-9	2.491
1 - AUMENTO DE CAPITAL	47.500	-	-	-	-	47.500
2 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	-	-	-	52	52
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	50.000	-	-	-	43	50.043
MUTAÇÕES DO PERÍODO	47.500	-	-	-	52	47.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGROLEND SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S A
CNPJ 43.774.196/0001-84
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (método indireto)
EM 30 DE JUNHO DE 2022 (em reais mil)

DFC	
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.022
1.1 Lucro/Prejuízo do período	52
2. Variação de Ativos e Obrigações	-50.008
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-50.018
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-24
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	34
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-49.956
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	47.500
5.1 Aumento de Capital	47.500
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-2.456
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	2.491
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	35
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	